

Josué de Castro: a atualidade de um cientista-ambientalista precoce fundamentado na experiência do subdesenvolvimento da sua região

Cláudio Jorge Moura de Castilho¹  *

¹Doutor em Geografia Organização do Território Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. (*claudio.castilho@ufpe.br)

Histórico do Artigo: Submetido em: 05/04/2023 – Revisado em: 09/06/2023 – Aceito em: 06/07/2023

RESUMO

Este artigo constitui um esforço de contribuir para a construção de uma ciência-ambientalista-libertadora para o que, acreditamos, urge retomar caminhos trilhados por pensadores clássicos que sempre estiveram comprometidos com um novo projeto civilizatório de mundo. Nesta perspectiva, o escopo central do escrito foi fazer uma reflexão sobre a obra de Josué de Castro (JC) como um cientista-ambientalista precoce que, fundamentado na sua experiência existencial vinculada a uma região “subdesenvolvida”, pode contribuir, ainda nos dias atuais, para uma práxis ambientalista-libertadora a partir do – e para – o Terceiro Mundo. A hermenêutica foi a ferramenta metodológica escolhida para a concretização do objetivo proposto, notadamente, pelo suporte que deu à interpretação dos textos de JC selecionados para a reflexão ora proposta, por meio da qual conseguimos apreender a significação, o sentido e os valores constantes do seu conteúdo. O que se fez de grande valia para retomar os fios condutores do processo de mudança ambiental no âmbito de um modelo de mundo que insiste em destruir a natureza e fragmentar as relações sociais de caráter comunitário. Uma das contribuições essenciais deste escrito consistiu na constatação de que somente uma postura metodológica inter(trans)disciplinar, no âmbito de uma ciência politicamente engajada empaticamente nos problemas da classe trabalhadora, como a de JC consegue entender o mundo como uma totalidade complexa em permanente movimento histórico, abrindo brechas e caminhos capazes de concretizar as possibilidades vislumbradas de construção de uma racionalidade comprometida, pelo menos, com a ética universal do ser humano.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento, Ciência, Desigualdades Socioterritoriais, Região Nordeste.

Josué de Castro: la actualidad de un científico-ambientalista precoz a partir de la experiencia del subdesarrollo en su región

RESUMEN

Este artículo constituye un esfuerzo por contribuir a la construcción de una ciencia ambientalista-liberadora para la cual, creemos, es urgente retomar los caminos recorridos por los pensadores clásicos que siempre se han comprometido con un nuevo proyecto civilizatorio mundial. En esta perspectiva, la meta central del escrito fue reflexionar sobre la obra de Josué de Castro (JC) como un científico-ambientalista precoz que, a partir de su experiencia existencial vinculada a una región “subdesarrollada”, puede contribuir, aún hoy, a una praxis ambientalista-liberadora desde y para el Tercer Mundo. La hermenéutica fue la herramienta metodológica escogida para lograr el objetivo propuesto, sobre todo por el apoyo que dio a la interpretación de los textos de JC seleccionados para la reflexión aquí propuesta, a través de los cuales pudimos aprehender el significado, el sentido y los valores constantes en el contenido de su obra. Esto fue de gran valor para retomar los hilos conductores del proceso de cambio ambiental en el marco de un modelo de mundo que insiste en destruir la naturaleza y fragmentar las relaciones sociales comunitarias. Uno de los aportes esenciales de este escrito fue la constatación de que sólo una postura metodológica inter(trans)disciplinar, en el ámbito de una ciencia políticamente y empáticamente comprometida con los problemas de la clase trabajadora, como la de JC, logra comprender el mundo como totalidad compleja en permanente movimiento histórico, abriendo brechas y caminos capaces de realizar las posibilidades vislumbradas de construir una racionalidad comprometida, al menos, con la ética universal del ser humano.

Keywords: Desarrollo, Ciencia, Desigualdades Socioterritoriales, Región Nordeste.

Castilho, C. J. M. de (2023). Josué de Castro: a atualidade de um cientista-ambientalista precoce fundamentado na experiência do subdesenvolvimento de sua região. *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v.11, n.3, p.002-017.



1. Introdução

“O Recife, a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos: das choças, dos casebres de barro batido a sopapo, cobertos de capim, de palha de coqueiro e de folha-de-flandres”.
(CASTRO, 2003, p. 7)

Antes de tudo, temos que admitir que fazer uma reflexão acerca da obra de Josué de Castro (JC), mesmo que consideremos apenas parte dos seus escritos, não constitui uma tarefa fácil de ser realizada. A dificuldade desta empreitada encontra-se, principalmente, na abrangência da sua visão social-filosófica de mundo e do campo das possibilidades do exercício da militância política a partir da própria experiência existencial deste pensador na Região Nordeste do Brasil.

Diante de tais motivos, tivemos que fazer uma minuciosa escolha no que diz respeito à seleção do material coletado e à discussão estabelecida neste material, a fim de não fugir do escopo principal da reflexão ora proposta; escopo este que buscou ressaltar a atuação de JC como um cientista-ambientalista-libertador precoce cuja obra, em função do seu caráter inter(trans)disciplinar que abordou o mundo como uma totalidade complexa em permanente processo de mudança, nunca deixou de influir nos processos de resistências e lutas sociais ocorridos no Brasil/Mundo.

Com efeito, na condição de médico e geógrafo pernambucano, sensível ao sofrimento do seu povo do qual, aliás, nunca se afastou, JC assumiu desde cedo o compromisso de evidenciar as causas verdadeiras da problemática da sua região, com vistas à sua superação. Daí porque, além do exercício das referidas profissões, militou junto a instituições da República Brasileira e, ao mesmo tempo, das Nações Unidas no sentido de colocar em prática, como intelectual orgânico, os seus achados científicos, exercendo seu papel de pensador sob uma concepção de ciência próxima do que defendera Gramsci (1989).

Refratário a qualquer tipo de enquadramento em correntes de direita, esquerda ou centro, JC buscou, como pesquisador, administrador público ou homem político comprometido com a práxis, trabalhar pela consolidação da democracia. Para isto, segundo ele, a ciência deveria, a partir da prática política, contribuir para o processo de formação nacional no Brasil libertando-o de todo das suas raízes coloniais, superando, assim, sua condição de subdesenvolvimento nas escalas, ao mesmo tempo local, regional, nacional e mundial.

Entendemos por práxis a síntese dos pensamentos e confrontos travados entre a teoria e a prática política, que fundamenta a construção do conhecimento científico na perspectiva de superar a interpretação mecanicista dos fatos. Perspectiva que busca, portanto, fazer ciência a fim de contribuir para a transformação da realidade existencial sofrida pelos homens e pelas mulheres pertencentes aos diversos segmentos mais sofridos da classe trabalhadora a qual sempre tem sido dominada, subalternizada e oprimida.

Josué de Castro era ao mesmo tempo um homem de academia, um professor universitário, um homem que convivia com o povo e com os fatos e acontecimentos, um pesquisador e um estudioso preocupado com as transformações da sociedade; tinha também uma ação política, na época considerada de esquerda. (Andrade, 2003, p. 77)

O tratamento que JC deu à questão da fome no Brasil constituiu um significativo exemplo da perspectiva de ciência acima referida. Segundo Bizzo (2009), foi por meio da análise desta questão, que ele conseguiu deslindar as raízes da problemática social – estrutura agrária, regime de posse da terra, iníquas relações de trabalho, mal aproveitamento do uso do solo, persistência da pobreza/miséria e subdesenvolvimento – do Nordeste brasileiro, abandonando a explicação determinista e simplista que se limitava a defender que a problemática era causada, meramente, por fenômenos físicos e biológicos e não pelas suas causas reais, ou seja, pela formação histórico-política da sociedade. Para Castro (1935), o problema da fome no Brasil poderia, portanto, ser resolvido a partir da implementação de ações coletivas da parte do Estado mediante a elaboração e execução de políticas públicas de caráter alimentar, no âmbito da realização de uma efetiva Reforma Agrária.

Nesse sentido, ter-se-iam as condições necessárias para agir diretamente nas causas do problema, erradicando-as de uma vez por todas, na perspectiva da superação da condição do subdesenvolvimento regional/mundial.

Este artigo possui, portanto, como escopo central, refletir sobre JC como um cientista-ambientalista-libertador precoce que, fundamentado na sua experiência existencial em uma região “subdesenvolvida”, contribuiu como precursor da formação de uma práxis ambientalista e libertadora a partir do – e para o – Terceiro Mundo; o que, sobretudo no período que se estende dos anos 1930 a 1960, constituía uma perspectiva original e desafiadora sob a ótica do ambientalismo.

O ambientalismo abre [...] um processo de ressignificação do mundo [...]. Além das deficiências do sistema produtivo para satisfazer as demandas dos consumidores, propõe uma crítica radical das necessidades. [...] O ambientalismo é um movimento pela diversificação das condições de existência e dos projetos de vida dos povos, que se projeta na heterogênesse do mundo para uma diversidade de tipos de desenvolvimento. É uma utopia que mobiliza a ação para a construção de uma nova racionalidade produtiva e um projeto alternativo de civilização. (Leff, 2009, p. 101-102)

Justificamos o referido escopo pela necessidade ainda de se retomar caminhos encetados e trilhados no passado recente com a finalidade de recuperar ideias que foram pertinentes para o deslindamento da questão ora esboçada, dando continuidade aos propósitos do pensador em epígrafe, tanto no campo científico quanto no político.

E isto exatamente porque a problemática ressaltada por JC ainda permanece em seu pleno vigor, pelo simples fato de que o modo capitalista de ser e pensar continua norteando os processos de formação histórico-territoriais do mundo. Destarte, tratando da atualidade da Geografia da Fome, nos anos 1990, e vislumbrando tendências possíveis à luz da retomada das lições de Josué de Castro, Araújo (2000, p. 202) acentuou que o crescimento econômico no mundo inteiro apresentava tendência a acontecer de modo mais seletivo, notadamente em regiões como o Nordeste brasileiro nas quais “[...] a herança da concentração de renda e os novos condicionantes do desenvolvimento dificultam o alcance de transformações mais rápidas e profundas”, razão pela qual a obra de JC tornar-se-ia cada vez mais pertinente por chamar nossa atenção para as injustiças provocadas pelos frutos do desenvolvimento desigual.

Concomitantemente, acreditamos que a relevância da obra de JC reside no tratamento científico dos problemas sociais do mundo como uma totalidade complexa em permanente movimento, apontando caminhos a serem trilhados na busca de outras racionalidades capazes de engendrar projetos alternativos de civilização. Neste sentido, é necessário que a sociedade esteja preparada para o exercício da tarefa que lhe cabe.

Em face do acima exposto, urge, portanto, retornar à obra ora em análise a fim de recuperar o fio condutor de um pensamento complexo que, por meio do diálogo estabelecido entre os fazeres e saberes historicamente construídos em algum lugar do mundo, fundamenta em um esforço inter(trans)disciplinar, efetivamente, capaz de compreender para transformar as condições precárias de existência da classe trabalhadora nos seus diversos ambientes urbanos e rurais (Castilho, 2017a, 2017b).

2. Material e Métodos

A pesquisa sobre a atualidade da obra do cientista-ambientalista-libertador JC, fundamentada em experiências da sua própria região de vida e existência no âmbito da práxis, teve o suporte metodológico da hermenêutica. Perscrutando o sentido oculto dos textos – o que se escreveu e o que não se escreveu – no âmbito do contexto histórico em que eles foram escritos, tratando assim de uma metodologia da interpretação, a hermenêutica constitui uma ferramenta metodológica para o entendimento da complexidade das formas e dos conteúdos da comunicação humana.

Destarte, a hermenêutica busca compreender “[...] o conteúdo típico humano que se imprime a qualquer contexto histórico, no qual não existem apenas fatos e dados, acontecimentos externos, mas também

‘significação’ ‘sentido’, ‘valores’. [...] Assim, o que o homem toca deixa de ser apenas ‘dado’ para emergir como referência histórica prenhe de sentido” (Demo, 1995, p. 249). Esta ferramenta metodológica voltada, assim, para a interpretação do sentido da obra de JC como um cientista-ambientalista-libertador precoce que continua influenciando nos rumos da história atual, entretanto, não foi tomada como uma camisa de força rígida e fechada; mas, ao contrário, como perspectiva flexível e aberta aos novos pensares e fazeres no Brasil/Mundo.

Nesta perspectiva, o presente escrito teve como fontes primárias, uma parte das obras científicas escritas por JC durante o período compreendido, mormente, entre os anos 1930 e 1960 (Castro, 1935; 1984[1946]; 1957(a); 1957(b); 1966), bem como uma obra literária (Castro, 2003[1967]) de grande repercussão cultural e política – no Brasil e no mundo – até os dias atuais.

Além das obras supracitadas, consultamos, concomitantemente, outras fontes, de caráter secundário, representadas por reflexões teóricas realizadas por pensadores contemporâneos, os quais se debruçaram acerca da relevância da obra de JC para o pensamento científico e social no Brasil/Mundo. Contudo, evitamos referenciar a numerosa contribuição sobre a obra de JC para não nos desviarmos do escopo central deste escrito bem como para não cair em um citacionismo exacerbado, cansativo e desnecessário.

O principal critério de seleção das obras consultadas teve por base, sobretudo, a sua influência e repercussão no pensamento científico, social e político sobre a natureza da formação histórico-territorial do Nordeste do Brasil, buscando superar a condição de subdesenvolvimento a partir da construção de uma efetiva ecologia política fundamentada na sua região de vida e existência.

Castro came to endorse a quite different thing. In exploring the epistemology of science he held onto both the ecological and regional, but proposed a reconstructed, regional ‘ecology’ as a more situated, local structure of knowledge: ‘ecology as the science of the future [...] the science of the “eco”, of place [...] each place will have its own science, because science is not universal, it is local, it is a science of the region’. This constitutes a different connecting thread between the history of regional geography and the history of political ecology. (Davies, 2022, p. 137)

No que tange aos procedimentos metodológicos escolhidos para a realização desta reflexão sobre a obra selecionada de JC como precursora de uma práxis ambientalista-libertadora enraizada na complexidade do meio natural da região Nordeste do Brasil, utilizamo-nos da interpretação do sentido da obra por ele produzida para os tempos atuais. Esta interpretação, reiteramos, definida como hermenêutica, realizou-se, principalmente, com a finalidade de retomar o fio condutor do conhecimento das raízes concretas inerentes à problemática social e ambiental que ainda se fazem presentes nos dias atuais, a partir de um espaço conhecido historicamente como região-problema, na perspectiva do pensar e fazer novo.

O pensar novo e o fazer novo, como acrescenta Leff (2012), constitui uma ruptura, que, entretanto, não faz tábula rasa do pensamento e do fazer que os antecederam, valoriza o conhecimento científico e considera os saberes tradicionais. Destarte, continua o mesmo autor, “O ambiente deixa de ser um objeto de conhecimento para se converter em fonte de pensamentos, de sensações e de sentidos” (Leff, 2012, p. 130).

3. Resultados e Discussão

Partindo do pressuposto de que o mundo constitui resultado de uma permanente batalha travada entre o elemento humano e o seu meio natural, JC realizou estudos no âmbito de uma geografia humana comprometida com o entendimento da complexidade do real concreto do povo nordestino, utilizando-se da interdisciplinaridade como ferramenta fundamental para fortalecer o diálogo entre os diversos campos do saber, com vistas à superação do sofrimento dos segmentos mais sofridos da classe trabalhadora vivendo e existindo sob os imperativos da dominação, subalternização e opressão impostos pelos interesses egoístas das classes dominantes e opressoras.

No sentido acima colocado, JC definiu a geografia humana como um campo do conhecimento científico

que se ocuparia de tudo o que se achava atinente aos fatos decorrentes dos (des)equilíbrios dinâmicos entre a sociedade e o seu meio geográfico, por meio de duas análises diversas, mas complementares entre si. Destarte, numa perspectiva relacional, a geografia realizava duas tarefas, quais seriam:

[...] de um lado, a análise do mecanismo ativo da ação do meio sobre o homem e do homem sobre o meio, isto é, a determinação dos diferentes aspectos e fases desta permanente batalha que o homem sustenta com o ambiente natural. [...] De outro lado, compete à *Geografia Humana* o estudo dos resultados, das vitórias do homem sobre a natureza, concretizadas em manifestações materiais de toda ordem. Vitórias que se apresentam nitidamente como criações humanas, e que são como capítulos da própria história da humanidade, escrita diretamente na superfície da terra. (Castro, 1966, p. 79)

Muito embora JC ainda tenha assumido claramente a ideia de uma geografia como “ciência das adaptações e das domesticções” e das “manifestações materiais como vitórias do homem sobre a natureza”, fundamentando-se em trabalhos da chamada geografia tradicional francesa que predominava naquela época, acreditamos que o seu pensamento global chegou a superar o reducionismo inerente ao mecanicismo e autoritarismo de uma perspectiva puramente descritiva e alheia ao processo progressivo, dinâmico e dialético de humanização das paisagens.

No seu ensaio de geografia humana, no qual ainda aprofundou o sentido ecológico da sua abordagem na escala local – quando inseriu uma perspectiva de geografia urbana da cidade do Recife –, JC nunca deixou de considerar as inter-relações deste nível de abordagem com o global. Isso ficou claro na medida em que ele levou em conta o fato de que esta cidade fora construída de acordo com os interesses mercantis das metrópoles colonizadoras que a disputaram, mas viabilizados com base nas características do seu sítio geográfico.

Desta feita, norteando-se pela preocupação central de correlacionar a construção da cidade – entendida ainda como um “organismo” urbano – com o quadro natural no qual ela se assentara, sua intenção traduziu-se, principalmente, no desejo de explicar a fundação e o crescimento da cidade com a finalidade de “[...] revelar os fatores que mais interferiram na preferência de uma localização e na sua evolução em determinados sentidos [compreendendo] um ensaio muito mais interpretativo do que descritivo”. (Castro, 1966, p. 160)

Em outras palavras, JC procurou conhecer, por meio da experiência urbana inicial da cidade do Recife, o meio – sítio geográfico – no qual ela se assentou, descrevendo-o, analisando-o e explicando-o na perspectiva das suas repercussões e interferências na vida humana no curso do momento então presente da história, mas sempre sujeito a transformações. Isto, em função, sobretudo, do fato de que, segundo ele, a satisfação da vontade humana em termos de necessidades materiais e psicológicas não é algo estático e ingênuo.

Não obstante as transformações inerentes ao próprio movimento da história humana na Terra, a linha central de orientação do crescimento urbano em Recife do período de dominação dos holandeses, entre 1630 e 1654, para ele, permaneceu até o momento das suas reflexões teórico-empíricas. Trata-se, assim, da disposição radiocêntrica da malha urbana local. Está claro que, associado aos aspectos do seu sítio natural, acham-se aspectos inerentes a culturas diferentes em termos de construção do espaço urbano, relacionadas às especificidades do seu meio.

Crescendo sob a pressão de inúmeros fatores de progressão [...], já fora do domínio e da influência direta dos holandeses, a cidade nunca se livrou da sua pressão modeladora inicial e três séculos depois ainda lembra muito o seu modelo de imitação – Amsterdão. Se [pelo desarranjo e pelo à vontade do crescimento à portuguesa] os canais não tivessem sido obstruídos ou aterrados, o Recife mereceria ainda hoje muito mais do que Nova York o nome de “Nova Amsterdão” ou de “Nova Holanda”, nestas terras tropicais da América do Sul. (Castro, 1966, p. 208)

Foi o “modelo” de construção do espaço urbano, imposto pelos portugueses em Recife, caldado sobretudo nos interesses especulativos das classes dominantes, que, segundo JC, fez surgir uma série de desequilíbrios ambientais os quais, por sua vez, se propagaram em função do desrespeito à diversidade do meio natural. Os aterros das áreas baixas naturalmente alagáveis, os desvios e/ou a retificação dos canais

naturais da planície e a expulsão de populações da classe trabalhadora das áreas valorizadas pelos interesses preponderantemente especulativos das classes dominantes – as quais têm-se dirigido em direção às colinas que cercam a planície fluvio-marinha do Recife –, portanto, não só deram origem como também reforçaram as corriqueiras tragédias ambientais que ainda hoje são vivenciadas sobretudo pelos segmentos mais pobres da classe trabalhadora, tais como os frequentes fenômenos de alagamentos, inundações, deslizamento de encostas, etc.

Conclui-se, pois, diante desta análise do mecanismo de *fabricação da paisagem urbana do Recife*, que trabalharam neste processo geográfico, inúmeros fatores tanto de categoria natural [ligados à topografia e à situação geográfica] como cultural [decisão quanto à localização da cidade segundo o patrimônio e experiência técnicos e às aspirações coletivas]. Da correlação e conexão desses dois grupos de fatores, é que resultou a localização inicial da cidade e a sua evolução e diferenciação funcional. (Castro, 1966, p. 225-226)

Representando, portanto, um ato criador da vontade humana, a cidade do Recife, acentuou Castro (1966), foi levantada visando servir, notadamente, às necessidades e aos desejos sociais em um momento dado da história da humanidade. Tais interesses, em princípio, traduziram-se no estabelecimento de uma cidade-porto para a exportação do açúcar e o incremento do comércio internacional, a fim de enriquecer as sociedades das metrópoles envolvidas no empreendimento empresarial colonial, garantindo a acumulação primitiva do capital na Europa.

Com vistas à realização dos interesses supramencionados, Castro (1966) reiterou que a natureza – os arrecifes existentes ao logo da costa do Recife deram origem ao porto natural – foi utilizada pelos grupos humanos que, inicialmente, ocuparam as terras baixas localizadas à retaguarda dos arrecifes, a fim de edificar suas casas, vias de acesso e instituições, ou seja, para levantar a sua cidade.

Assim, além do porto, os engenhos de açúcar, a presença das águas e dos manguezais constituíram, dentre outros elementos do sítio geográfico influenciadores da formação das paisagens urbanas locais, importantes fatores de progressão do crescimento urbano do Recife.

Continuando a juntar os fragmentos do real concreto observado e analisado visando à reconstituição da complexidade inerente à formação histórico-territorial de uma cidade como Recife a fim de compreendê-la em sua totalidade, a obra de JC ressalta o forte contraste socioterritorial representado pela paisagem urbana do Recife. Destarte, ele clarificou as diferenças de áreas e, mesmo, por sua vez, as contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento, diríamos, histórico-geográfico desigual e combinado imposto ao Brasil.

Recife [...] não é uma cidade duma só cor, nem dum só cheiro [...]. Longe disto. Por seu arranjo arquitetônico, pela tonalidade própria de cada uma de suas ruas, o Recife é desconcertante como unidade urbana, impossível mesmo de se caracterizar. Casas de todos os estilos. Contrastes violentos nas cores gritantes das fachadas. Cidade feita de manchas locais diferentes, não há por onde se possa apanhar na fisionomia das casas o tom predominante da alma da cidade. (Castro, 1957(a), p. 11)

Sendo assim, na abordagem sobre o espaço urbano, JC conseguiu juntar os fragmentos da cidade a fim de entendê-la para analisá-la como uma totalidade complexa, denunciando seus contrastes. Nesta perspectiva, considerou Recife como um mosaico desigual e injusto, ao destacar: as áreas residenciais e comerciais com paisagens semelhantes às de cidades europeias – como a da Praça Rio Branco, fazendo lembrar Hamburgo na Alemanha – com ruas largas, limpas, ladeadas por belas construções e presença dos serviços urbanos mais importantes da época; as áreas de residências novas e ricas – como em Casa Amarela – habitadas por usineiros enriquecidos; justapostas às áreas de residências de pessoas pobres – como as dos mocambos – situadas, especificamente, próximas aos manguezais com a presença “[...] dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados – dos vencidos”. (Castro, 1957, p. 15)

Esta sensibilidade para com a problemática dos contrastes socioterritoriais representados pelo conjunto das paisagens urbanas do Recife foi aprofundada na medida em que, de acordo com a sua visão calcada em uma nítida ecologia política, JC abordava a configuração de um espaço urbano pleno de contradições. O que se tornava mais claro quando demonstrava a justaposição das áreas das classes dominantes frente às da classe trabalhadora, ou seja, àquelas que, no bojo da luta pela vida, perdiam a batalha para as mais fortes.

Zona dos “mocambos” – cidade aquática – com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha, de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente, fracionada em torno as Casas Grandes da Várzea Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana. Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiros e de sons. Nesse desadorado caos urbano, reflexo confuso da fusão violenta de várias expressões culturais, só uma coisa tende a dar um sentido estético próprio à cidade do Recife. [...] É a paisagem natural que a envolve. O seu mundo circundante, com seus acidentes geográficos e sua atmosfera sempre em vibração, varanda em todos os sentidos pelos reflexos intensos da luz sobre as águas. (Castro, 1957, p. 15-16)

Percebemos, assim, a ideia de que os referidos contrastes sociais achavam-se intrinsecamente relacionados com o meio natural no âmbito da própria formação histórico-territorial do Nordeste do Brasil, privilegiando os interesses das classes dominantes e opressoras em detrimento daqueles da classe trabalhadora dominada, subalternizada e oprimida para serem exploradas ainda sob parâmetros próximos da escravidão.

Para evidenciar mais ainda esta questão, JC considerou que, não obstante a abolição oficial da escravidão no Brasil, o conteúdo das suas formas de trabalhar, morar e viver continuava presente na paisagem urbana recifense.

Este quadro geral de referências explicava, por exemplo, a opção da classe trabalhadora pelo seu estabelecimento em áreas dos manguezais próximas aos cursos fluviais locais; ou seja, em terrenos frequentemente alagados que lhes restavam do processo conflituoso de luta social pelas terras firmes em espaço de uma cidade anfíbia como Recife, o que, também, acontecia de maneira cada vez mais célere e intensa.

Os mangues do Capibaribe são o paraíso do carangueijo [sic]. Se a terra foi feita pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o mangue foi feito especialmente pro carangueijo. Tudo aí, é, foi ou está para ser carangueijo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é carangueijo, vai ser. O carangueijo nasce nela, vive nela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geleia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar carangueijo, chupar-lhe as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de carangueijo. O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do mangue, para virar carangueijo outra vez. (Castro, 1957(a), p. 29-30)

O conteúdo desta citação refere-se, portanto, ao “ciclo do carangueijo”, pelo qual se nota o uso do meio natural pelos segmentos mais sofridos da classe trabalhadora com vistas à resolução, pelo menos de parte dos problemas fisiológicos imediatos que lhes afligem em um lugar historicamente formado sob contexto de fortes desigualdades e injustiças socioterritoriais. Dentre tais problemas, ressaltamos aqueles referentes às suas necessidades de morar e alimentar-se.

No que diz respeito à primeira necessidade, em princípio, a opção pela ocupação das áreas alagadas dos manguezais, como colocado acima, foi a que lhes restou, tendo em vista que as áreas de terras firmes, sobretudo por seu significativo valor econômico em um sítio de “cidade anfíbia”, eram habitadas pelas classes dominantes e opressoras. A segunda necessidade, também atrelada à primeira, achava-se relacionada com as próprias características do ecossistema dos manguezais, os quais ainda hoje constituem, sobretudo para populações pobres vivendo sob precárias condições de vida, fontes fundamentais de trabalho e alimentação.

Os referidos problemas, aliás, nunca deixaram, portanto, de fazer parte, de modo transversal, direta e indiretamente da obra – científica e literária – de JC. Partindo da crítica à natureza dos processos de modernização tecnológica que não promoveram o acesso da classe trabalhadora aos seus benefícios, Castro (1984; 1957) colocou a fome como uma questão efetivamente social, desmitificando os discursos oficiais que a explicavam com base em fatores naturais e que, por conseguinte, impediam a realização de reflexões acerca das possibilidades e perspectivas reais de transformação.

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região. A meu ver todo o sistema de fatores negativos que entravam as forças produtivas da região são oriundos da arcaica estrutura agrária aí reinante. Todas as medidas e iniciativas não passarão de paliativos para lutar contra a fome, enquanto não se proceder a uma reforma agrária racional que liberte as suas populações da servidão da terra, pondo a terra a serviço de suas necessidades. (Castro, 1984, p. 261)

Diante do exposto até o presente momento, a obra de JC, pelo seu caráter interdisciplinar e enraizada na complexidade da problemática regional do Nordeste Brasileiro, historicamente contextualizada como região-problema, possui um evidente caráter ambientalista.

Isto, na medida em que a realização das suas investigações científicas, a despeito de, em certa medida, ainda acharem-se influenciadas pela geografia tradicional francesa, teve a preocupação explícita – sob os moldes da “Geografia de Denúncia” – com o entendimento do caráter perverso de formação do território resultante das inter-relações entre os seres humanos e o seu meio natural no âmbito de uma sociedade de classes com vistas à superação do sofrimento da classe trabalhadora.

3.1 A complexidade de uma obra científica histórico-geograficamente situada

Ações implementadas de acordo com processos de modernização – na cidade e no campo – de cunho econômico-político criaram e reforçaram, no curso da história da formação histórico-territorial brasileira, uma série de problemas ambientais nos diversos espaços de regiões subdesenvolvidas como no Nordeste: desmatamento, assoreamento de rios e desterritorialização de povos tradicionais, bem como, especificamente nas cidades, vários tipos de poluição, baixa qualidade das moradias, precariedade em termos de acesso a serviços públicos sociais, expulsão de moradores/as pobres dos seus territórios de existência, etc.

Decorrendo desta problemática, havia um problema comum a todos os povos, ou seja, o da fome, o qual, até então, era visto, entendido e enfrentado com base em teorias e práticas puramente simplistas vinculadas a propostas de resolução de caráter assistencialista. Com relação ainda à questão da fome nas principais regiões do Brasil, Castro (1984) indagou sobre a razão pela qual a ciência e os poderes públicos instituídos, nos parâmetros da racionalidade economicista-colonial, praticamente haviam desconsiderado. De acordo com Davies (2022), JC nunca deixou de ressaltar a fome e nunca deixou de dissociá-la das questões ambientais vinculadas à justiça social, como militante acadêmico e político que era, razão por que, vez por outra, a estamos destacando neste escrito.

Talvez, a negligência da ciência e dos poderes públicos instituídos no que diz respeito à questão da fome tenha acontecido devido ao fato de tratar-se de um problema real da classe trabalhadora, o qual não afetava diretamente as classes dominantes. Ademais, sua resolução efetiva passaria não somente pela distribuição real de renda, mas, ao mesmo tempo, pelas necessárias mudanças estruturais, o que nunca agradaria às classes dominantes e opressoras.

Na tentativa de elaborar e fazer uma geografia da habitação, Castro (1966) acentuara que o interesse da geografia humana não se achava *per se* na arquitetura, higiene e arte da construção da habitação. Mas, ao mesmo tempo, como o repetira *ad nauseam* em sua obra, na relação destes aspectos com o meio geográfico no

qual aconteciam, engendrando, assim, um “estudo ecológico da casa”, na perspectiva do morar com dignidade.

Na realização desta questão, sem descuidar da sua escala global, JC ressaltou e valorizou o caráter regional dos diversos tipos de materiais utilizados na construção de casas: os *iglus* das regiões polares; as casas de madeira das áreas de florestas abertas das zonas temperadas; as casas de galhos secos, cipós, palha e capim das florestas tropicais; as casas de *adobes* das zonas de vegetação mais precária como as de estepes e savanas; as construções em calcários e granitos nas zonas de ocorrência desses materiais; e os mocambos das áreas alagadas dos manguezais recifenses.

Entretanto, JC mostrou maior preocupação em discutir e detalhar o caso, em particular, dos mocambos, especificando, no seu romance *Homens e Caranguejos*, o seu quadro sociogeográfico no âmbito da sociedade de classes no Brasil.

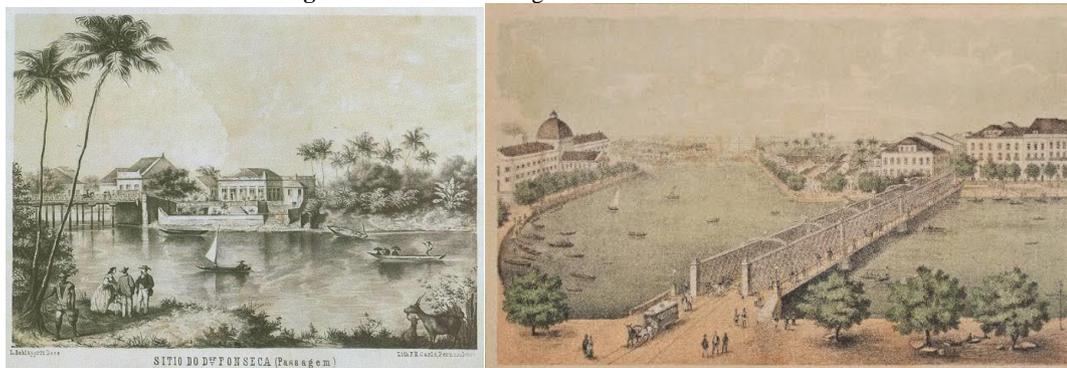
Josué de Castro trata ainda “De como os mocambos da Aldeia Teimosa construíram na marra a sua cidade”, da organização social do mocambo na sua luta para se estabelecer – “Naquele tempo não havia ainda o poder público organizado para defender este tipo de latifúndio” – e se manter quando apareciam “novos donos” que “eram, por incidência, senhores muito importantes e ligados à situação”. (Bitoun, 1994, p. 44)

Além de ter expressado o quadro da luta de classes em Recife, JC também havia chamado nossa atenção para o processo de construção alienado do espaço urbano local. Com efeito, levando em conta o estágio do nível técnico inerente a cada contexto regional abordado, Castro (1966, p. 84) considerou que “[...] o homem consegue escapar a essa coerção local, importando materiais de outras zonas, quando os que o cercam não são propícios à execução dos planos arquitetônicos que ele pretende realizar, às vezes por simples fantasia, às vezes por espírito de imitação”. O perigo de tal postura reside no fato de que isso acontece por meio do uso de técnicas alienígenas – ou seja, sem vínculos com o sítio geográfico local – que acabam alienando o espaço regional, desrespeitando a diversidade dos saberes e fazeres regionais.

Sendo assim, JC considerou, ao mesmo tempo, os impactos negativos do excesso da realização da fantasia e do espírito de imitação sobre o meio geográfico local, levando ao que definiu como “falsificação geográfica da paisagem”. Este processo possui, assim, uma conotação de descaracterização e, em certa medida, de destruição das paisagens locais pela imposição de outras técnicas de construção, sem o necessário diálogo com o local.

Não obstante a visível transformação em termos do uso de materiais estranhos ao lugar nos processos de construção das edificações, *mutatis mutandis*, as paisagens do entorno do rio *Capibaribe*, principal corpo aquífero da cidade do Recife, continuam retratando, visivelmente, a inter-relação entre o território construído e as águas fluviais da cidade (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Recife – Paisagens urbanas do século XIX



Fonte: Atlas histórico-cartográfico do Recife (Menezes, 1988).

Figura 2 – Recife – Paisagens urbanas do século XXI



Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

Além da proximidade, por preocupação estética, das construções com relação ao referido curso fluvial, enxergamos, também, em ambas as figuras, a presença de embarcações nas águas do rio. Enquanto, no século XIX, este tipo de transporte era utilizado como meio de passeio, circulação e trabalho por todas as classes da sociedade local; hoje ele é utilizado mormente como meio de trabalho por populações ribeirinhas que vivem da pesca e da criação de crustáceos e moluscos para vendê-los nos mercados locais.

Ademais, nos dias atuais, a paisagem urbana local não só expressa a permanência como também o agravamento da desigualdade socioterritorial, na medida em que se nota visivelmente a justaposição entre os espaços de residência e de prestação de serviços voltados para as classes dominantes e aqueles habitados pelos homens e mulheres da classe trabalhadora (Figura 3).

Figura 3 – Recife – Desigualdade na paisagem urbana



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2018.

Ao mesmo tempo, reconhecemos, tal como Castro (1966) havia notado, a introdução, de maneira violenta e autoritária, dos arranha-céus na cidade como verdadeiras *aberrações geográficas*. O atual processo

exacerbado de verticalização que ocorre em todas as áreas dinâmicas das cidades brasileiras é um exemplo não somente da permanência, mas também da expansão histórica do problema.

Estava claro para Castro (1966) que o arranha-céu representava uma economia de terreno a ser pensada e implementada em espaços exíguos, devido à redução da área em núcleos urbanos superpovoados. Porém, sua crítica voltava-se, mormente, para a utilização indiscriminada desta técnica levando à falsificação geográfica de paisagens urbanas que, como aberrações geográficas, desrespeitavam a diversidade das culturas locais.

Diante da elucidação da problemática ambiental identificada e abordada cientificamente, urgia, portanto, o estabelecimento de reações visando fazer valer o equilíbrio entre as sociedades humanas e os seus respectivos meios geográficos no âmbito de um mundo teorizado e praticado como uma totalidade complexa. Na sua própria *Geografia da Fome*, Castro (1984) buscava realizar uma perspectiva ecológica no sentido largo do termo “Ecologia” como o estudo das ações e reações dos seres vivos com relação ao seu meio ambiente.

3.2 *Ambientalismo libertador da classe trabalhadora*

Hoje em dia, com a celeridade e intensidade do processo de transformação em mercadoria de tudo o que existe no mundo, justamente pelo incremento da dimensão técnico-tecnológica e científica da sociedade, cooptando os diversos agentes sociais que se colocam coniventes com tal estado de coisas, parte dos cientistas também continua sendo cooptada pelos interesses hegemônicos das classes dominantes.

A preocupação das elites socioeconômicas e políticas regionais, portanto, volta-se muito mais para a divulgação dos êxitos quantitativos alcançados pelo conhecimento técnico-científico das realizações do capitalismo do que, efetivamente, pelas suas repercussões na qualidade de vida da coletividade social. Por isto, JC contestava a postura da “ciência dos especialistas” comprometida, preponderantemente, com os interesses hegemônicos das classes dominantes.

A própria ciência e as técnicas ocidentais, envaidecidas por suas brilhantes conquistas materiais, no domínio das forças da natureza, se sentiram humilhadas, confessando abertamente o seu quase absoluto fracasso em melhorar as condições de vida humana no nosso planeta, e com o seu reticente silêncio sobre o assunto [o da fome] faziam-se, consciente ou inconscientemente, cúmplices dos interesses políticos que procuravam ocultar a verdadeira situação de enormes massas humanas envolvidas em caráter permanente no círculo de ferro da fome. (Castro, 1984, p. 32)

Todavia, e felizmente, sempre existiram e existirão cientistas que, ao contrário, resistem ao risco referente à citada cooptação, fazendo valer perspectivas efetivamente equilibradas, utilizando-se, assim, de um tipo de filtro ético. A própria proposta teórico-metodológica de JC *per se* havia proporcionado uma clara tentativa para reverter o grande erro acima citado, engajando-se empaticamente na teia das resistências e lutas da classe trabalhadora.

Apresentando as questões abordadas tal como o fez com a da fome, este pensador sustentou, ao fazer um ensaio ecológico-geográfico, que se deveria analisar “os hábitos alimentares dos diferentes grupos humanos ligados a determinadas áreas geográficas” (Castro, 1984, p. 35), sociocultural e territorialmente contextualizados, no sentido de pensar e apresentar soluções políticas efetivas para resolver os problemas persistentes. Para JC, mais do que o conjunto de elementos materiais que compõem a geografia das paisagens, o meio ambiente compreende, ao mesmo tempo, as estruturas econômicas e as estruturas do conhecimento dos grupos humanos que vivem em diferentes espaços.

E tudo isso começaria com a realização de estudos e pesquisas visando “descobrir as causas naturais e sociais que condicionaram o seu tipo de alimentação, com suas falhas e defeitos característicos, e, de outro lado, procurando identificar até onde tais defeitos influenciam a estrutura econômico-social dos diferentes grupos estudados”, levando em conta seus fundamentos biológicos e buscando elucidar caminhos seguros na

direção do que se chama hoje de sustentabilidade. Isso para, enfim, segundo ele mesmo (Castro, 1984, p. 305), combater o subdesenvolvimento e, por conseguinte, promover o verdadeiro desenvolvimento regional/nacional, isto é, aquele capaz de “[...] dirigir a nossa economia tendo como meta o bem-estar social da coletividade”.

Vale a pena, ainda, ressaltar que, segundo JC, a indiferença da ciência com relação a tudo o que não significasse vantagens econômicas diretas e imediatas para a execução dos planos mercantis da aventura econômica, constituiu, paralelamente, outra herança perniciosa da colonização no âmbito do modo de ser e pensar inerente à produção capitalista. Visão esta que permaneceu até os dias atuais no curso do processo de formação histórico-territorial do Brasil, a despeito dos processos de emancipação política e, em certa medida, econômica ocorridos de princípios do século XIX até os dias atuais.

Tratava-se, em suma, de buscar uma perspectiva de ciência que, pensando e refletindo sobre o mundo como uma totalidade complexa em movimento permanente, se aproximasse mais das soluções capazes de reverter a situação que manteve, nas paisagens regionais, os contrastes socioterritoriais que impedem o acontecer histórico efetivo do desenvolvimento regional/nacional para a classe trabalhadora.

Em definitivo, de posse desse conhecimento científico politicamente engajado, como utopia mobilizadora de ações para a construção de uma nova racionalidade reforçadora de um novo projeto civilizatório, a classe trabalhadora teria condições efetivas de organizar resistências ambientalistas capazes de conseguir libertarem-se da sua histórica condição de exploração, dominação, subalternização e opressão que lhes acometem em todo o “Terceiro Mundo”.

3.3 *Compromisso de JC com a superação da condição histórica de subdesenvolvimento*

Ainda no âmbito da análise da problemática da fome, considerando a escala local do problema, Castro (1957b) começou fazendo a crítica ao conceito de subdesenvolvimento, antes de dizer que a fome era um problema inerente à própria condição de subdesenvolvimento dos povos, portanto causada pelo subdesenvolvimento; mas ao mesmo tempo suscitadora de reflexões e reações contra as suas causas.

Argumentou ele que a condição de subdesenvolvimento estava longe de ser uma etapa a ser meramente ultrapassada no sentido do desenvolvimento, pela qual os países subdesenvolvidos – como os países latino-americanos, africanos e asiáticos – chegariam pela realização de investimentos voltados ao crescimento econômico, tal como assegurava a teoria neoliberal clássica.

Muito ao contrário, para JC, a referida condição achava-se intrinsecamente vinculada à de desenvolvimento decorrente da expansão capitalista que, desde o mercantilismo, visava à exploração das zonas tropicais, tornando-as áreas meramente fornecedoras das *commodities* de grande valor ao mercado global a saber: produtos agrícolas e minerais.

A despeito da destruição de um número significativo dos elementos da natureza no curso da história do capitalismo na Terra, tendo em vista que quase não existiria mais nada em termos de primeira natureza em um futuro próximo, notamos que, segundo JC, far-se-ia necessário recuperar as formas de equilíbrio entre a sociedade e o seu meio geográfico. Pensamento que, *mutatis mutandis*, se conjumina com o de uma referência da geografia dos dias atuais. Destarte, para Raffestin (2012, p. 23), “Estas questões reúnem os enunciados fundadores das problemáticas que nunca cessarão de inspirar a geografia humana e a ecologia humana, cujo objeto é menos a terra e mais as relações que os homens estabelecem com ela, desde a Antiguidade. Aliás, as questões explicitadas [...] são todas de natureza relacional”.

Ainda no seu romance *Homens e Caranguejos*, Castro (2003) escrevera que os/as moradores/as pobres como os de Aldeia Teimosa – “paraíso dos pobres” – eram os mais afetados pelas consequências das cheias dos rios da cidade do Recife. Isso acontecia não somente em função da sua situação natural, nas áreas dos manguezais, mas, sobretudo, da sua situação social agravada ainda mais por seu estado de abandono pelos poderes públicos instituídos.

Reiteramos que a ciência deveria assumir o compromisso explícito com a tarefa libertadora, por meio da elaboração e implementação de políticas públicas de valorização da vida para o que, antes de tudo, dever-se-ia solucionar, de uma vez por todas, a problemática da fome. Com efeito, que pessoa poderia estudar, trabalhar, pensar e lutar pela democratização da sua nação quando lhe faltava um elemento básico para a sua manutenção física, ou seja, a nutrição? Povo mal nutrido, em princípio, é povo que adoece facilmente, que possui dificuldade para libertar-se das amarras que lhes subordinam e oprimem aos níveis regional, nacional e mundial, e que se deixa levar por homens e mulheres políticos/as que se colocam como “salvadores/as da pátria”.

Tratando-se, assim, de um problema ambiental básico relacionado intrinsecamente à problemática do subdesenvolvimento regional/nacional e desumano, a sua resolução constituía condição *sine qua non* ao efetivo desenvolvimento para o que uma ciência engajada politicamente poderia contribuir bastante.

Castro, by 1972, had come to conceive of geography as a ‘philosophy of action’. [...] Geography as a philosophy of action’ also constitutes an ecological contribution to strategic questions of anticolonial struggle. Much more work on the ecological thinking of anticolonial struggles would be productive for political ecology. (Davies, 2022, p. 219)

Para isso, por sua vez, reiteramos que a interpretação da atualidade da obra de JC demonstrou-nos seu grande esforço em, utilizando-nos das palavras de Leff (2012), buscar articular diversos campos do conhecimento científico por meio da realização do diálogo necessário dos saberes no âmbito de uma aventura epistemológica ambiental.

Na escala mundial, ao final da sua vida e existência na Terra, JC envolveu-se nos processos de organização, articulação e debate da Conferência de Estocolmo realizada em 1972 pela Organização das Nações Unidas, para a discussão das questões ambientais de então, inclusive liderando uma ação para a defesa do ecossistema amazônico (Castro, 1972). Neste trabalho, podemos perceber a reunião e articulação de várias dimensões inerentes à complexidade do mundo – estruturas econômicas, estruturas do pensamento, desenvolvimento, meio ambiente, etc. – sem as quais não se pode entender as verdadeiras raízes da problemática ambiental no sentido da sua superação.

Enfim, diante do exposto, JC – na condição de um geógrafo combatente/militante/ativo – havia defendido, durante toda a sua existência acadêmico-política no Brasil e no Mundo, que somente a superação da problemática ambiental abordada no curso da sua vida e existência, em seu conjunto, constituiria o caminho fundamental a ser buscado no sentido do desenvolvimento regional/nacional humano.

4. Conclusão

Primeiramente, faz-se mister retomar ideias e experiências de militância política dos pensadores que, apesar de terem vivido e atuado em outros momentos da história da humanidade, continuam sendo importantes referências para dar prosseguimento e saltos significativos no que dizem respeito aos processos simultâneos de reflexão teórica e luta social – à práxis – em prol de outros projetos civilizatórios de mundo que ainda parecem difíceis de serem executados.

A referida retomada justificou-se, sobretudo, pelo fato de que, em uma sociedade de classes tão perversa como a brasileira, as ideias progressistas sempre correm riscos, como tem acontecido no curso da história da formação histórico-territorial do Brasil, de serem negadas e apagadas com a finalidade de manter os privilégios das classes dominantes que se recusam a conviverem com a classe trabalhadora. Não é à toa, portanto, que Josué de Castro (JC) foi permanentemente refutado pelas classes dominantes e opressoras, bem como exilado pelos militares que, aliados a estas classes, deram o golpe de Estado de 1964, travando os rumos para a concretização do efetivo desenvolvimento sustentável no Brasil.

Em seguida, por meio da hermenêutica utilizada como ferramenta metodológica, ressaltamos que a

análise da contribuição das ideias científicas e experiências em termos de militância política de JC, como filosofia da práxis, para a compreensão e transformação da condição de subdesenvolvimento do Brasil, demonstrou que, apesar dos avanços alcançados, persiste ainda uma tarefa árdua no que concerne à retomada do processo de concretização da transformação das condições relativas à desigualdade e injustiça socioterritoriais em que ainda vive um número considerável de brasileiros/as.

Não obstante a retomada, desde os anos 1990, de ideias próximas das colocadas por JC por meio da ciência, dos movimentos artístico-culturais de grande expressão local como o *Manguebeat* em Recife liderado por Chico Science; de movimentos sociais que se utilizam do seu nome como homenagem em processos de ocupação de terrenos na cidade e no campo; e de implementação de políticas públicas de combate à fome como o Programa Fome Zero, notamos que a contribuição da obra de JC continua relevante na ciência-ambientalista dos dias atuais.

Por último, mas não de menor relevância, colocamos que a atualidade da obra científica e política de JC não reside no fato de que ele estava meramente à frente da sua época. O que ocorreu de fato foi que, ao ter analisado e compreendido o mundo como uma totalidade complexa, dinâmica, plena de contradições e conflitos vinculados a contextos históricos multiescalares e sempre próximo, empaticamente, da classe trabalhadora – explorada, dominada, subalternizada e oprimida –, este cientista-ambientalista-libertador conseguiu enxergar as verdadeiras razões do subdesenvolvimento dos povos abordados.

Esta sua visão do mundo norteou o seu trabalho científico e o seu engajamento político, por meio dos trabalhos realizados em diversos campos dos espaços institucionais brasileiros (na administração pública e no parlamento) e mundial (na *Food and Agriculture Organization-FAO*), na perspectiva de, atuando em múltiplas escalas do acontecer histórico-geográfico, contribuir para a superação dos problemas abordados.

Destarte, notamos, claramente, a realização de uma práxis por meio da qual não só se consegue, sob postura metodológica inter(trans)disciplinar, entender o mundo como uma totalidade complexa em movimento permanente, mas, concomitantemente, propor reflexões com vistas à construção de ações alternativas em termos de superação dos problemas identificados e tratados criticamente.

5. Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelas bolsas de estudos concedidas para o autor deste escrito e para os/as estudantes por ele orientados/as no decorrer da sua carreira universitária junto a programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); bem como agradecemos à própria UFPE pela infraestrutura e pelo apoio logístico disponibilizados ao desenvolvimento das nossas pesquisas.

6. Referências

- Andrade, M. C. de. (2003). Uma releitura crítica da obra de Josué de Castro. In: Andrade, M. C. de. et al. (Org.) **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Araújo, T. B. de. (2000). **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan.
- Bitoun, J. (1994). Recife: uma interpretação geográfica. In: Carlos, A. F. A. (1994). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Bizzo, M. L. G. (2009). Ação política e pensamento social em Josué de Castro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, (4)3, 401-420.
- Castilho, C. J. M. de. Do (Des)respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro. (2017a). In: Galvêncio, J. D., Oliveira, V. S. de., Souza, W. M. de (Org.) **Mudança climática, sociedade e meio ambiente**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 127-169.
- Castilho, C. J. M. de. (2017b). Jean Brunhes: a atualidade de um geógrafo do início do século XX. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, 6(1), 253-272.
- Castro, J. de. (1935). **As condições de vida das classes operárias em Recife: estudo econômico de sua alimentação**. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- Castro, J. de. (1957). **Documentário do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Castro, J. de. (1966). **Ensaio de geografia humana**. São Paulo: Brasiliense.
- Castro, J. de. (1984[1946]). **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares.
- Castro, J. de. (2003[1967]). **Homens e caranguejos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Castro, J. de. (1972). **Proposition concernant une action concertée multinationale pour la défense de l'écosystème amazonien**. Paris: Université de Paris VIII
- Davies, A. (2022). **A world without hunger: Josué de Castro and the history of geography**. Liverpool: Liverpool University Press.
- Demo, P. (1995). **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas.
- Gramsci, A. (1989). **Os intelectuais e a organização da cultura** (7a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Leff, E. (2009). **Saber ambiental. Sustentabilidade. Racionalidade. Complexidade. Poder**. Petrópolis: Vozes.
- Leff, E. (2012). **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. São Paulo: Cortez.
- Menezes, J. L. M. (1988). **Atlas histórico-cartográfico do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- Raffestin, C. (2012). Géographie et écologie humaine. **Archive ouverte UNIGE**. Disponível em: <http://archive-ouverte.unige.ch> Acesso em: 20/10/2016.